



Mercados

PSI 20	Euro Stoxx 50
+0,07%	-0,79%
Índice 5927,08	Índice 2176,64
Variação em %	Variação em %
Ano -21,89	Ano -22,46

FTSE	IBEX 35
-1,44%	-0,61%
Índice 5217,63	Índice 8480,2
Variação em %	Variação em %
Ano -11,56	Ano -14,24

S&P500	DAX
-2,11%	-0,89%
Índice 1.150,59	Índice 5578,42
Variação em %	Variação em %
Ano -24,79	Ano -19,32

Melhores do PSI20	Var. em %
1. Sonae SGPS	4,34%
2. EDP	2,62%
3. Altri	2,11%
4. Mota-Engil	2,05%
5. Banco BPI	1,23%

Piores do PSI20	Var. em %
1. Galp Energia	-1,81%
2. BCP	-1,55%
3. P. Telecom	-1,14%
4. REN	-0,95%
5. BES	-0,77%



Euro vs. dólar

1,355

1 euro	0,8701 libras esterlinas
1 euro	1,2196 francos suíços



Presidente da CMVM pede mais poderes para o Tribunal de Contas

MÁRIO CRUZ/LUSA

OE. Carlos Tavares lamenta perda de regras de controlo e punição

“Muitas vezes não se trata de infringir a lei e sim de encontrar mecanismos de a tornar”, alerta presidente da CMVM

FILIPE PAIVA CARDOSO
filipe.cardoso@ionline.pt

Carlos Tavares, presidente da Comissão do Mercado dos Valores Mobiliários (CMVM), criticou ontem o desaparecimento de regras em Portugal: primeiro, as regras para o controlo financeiro, depois a regra que responsabilizava os decisores.

Em entrevista à Renascença, Carlos Tavares manifestou-se surpreendido com os sucessivos buracos orçamentais que vão sendo encontrados em Portugal. “De alguma forma, isto para mim é uma surpresa”, disse, lembrando depois que, quando esteve nas Finanças, “no fim dos anos 80, início dos 90”, “um dos trabalhos que o Dr. Miguel

Cadilhe fez foi precisamente disciplinar o controlo financeiro: garantir que não havia despesas fora do orçamento, garantir que não havia estas surpresas. Porque no passado, se recuar aos anos 70/80, também era normal orçamentar-se um determinado défice e depois chegar-se a um défice maior”, explicou. Agora, voltar a este cenário tantos anos depois, “é uma realidade, para mim, nova e surpreendente”, disse o presidente da CMVM. O controlo que foi então instituído “foi muito rigoroso e funcionou bem durante alguns anos”, lamentando que agora “se tenham perdido esses mecanismos de controlo”. Solução? Recuperá-los, “com mais poderes também para o Tribunal de

Contas”, dá como solução para evitar futuras surpresas.

Mas as surpresas desagradáveis do presidente do CMVM não ficam por aqui. Também a falta de soluções para responsabilizar os decisores políticos por buracos nas contas é negativo. Carlos Tavares defendeu à Renascença a responsabilização dos políticos, lembrando mesmo uma lei de contabilidade pública de 1929 “que criminalizava as despesas feitas pelos membros dos governos que não tivessem cabimento, digamos, orçamental”.

E o que aconteceu a essa lei? “Quando eu estava no ministério das Finanças ainda estava em vigor (...) depois houve uma reforma desta lei e retirou-se

a criminalização”, explicou. Apesar de aceitar que a criminalização é “uma medida extrema”, tal não quer dizer que não haja punições: “É bom que haja sanções. Eu não compreendo que seja possível que um membro do governo – ou quem quer que seja –, que tem determinado orçamento, permita que se realizem despesas sem ter autorização do parlamento.” Ainda assim, o ideal seria não ser necessário punir: “Alguém que está numa função pública não pode, no meu entender, infringir a lei ou criar mecanismos de tornar a lei. Muitas vezes não se trata de infringir a lei, trata-se de encontrar mecanismos de a tornar que, em meu entender, são tão maus como a própria infracção.”

Para Carlos Tavares é agora necessário “reforçar as capacidades técnicas do parlamento como órgão fiscalizador”, isto além do reforço dos poderes do Tribunal de Contas – “se vímos no passado, há muitos relatórios muito bem feitos pelo Tribunal de Contas que não tiveram qualquer consequência pela falta, creio eu, de poderes.”

Já para o parlamento, a solução é simples: “Tem que ter poderes e tem que ter as capacidades técnicas necessárias para evitar que isto aconteça.”